

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: UMA LEITURA DA TURMA DE 2019 NO CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA DO RIO DE JANEIRO

LA CONTRIBUCIÓN DE LA PSICOPEDAGOGÍA ESCOLAR EN EL PROCESO DE ENSEÑANZA-APRENDIZAJE: LECTURA DE LA CLASE 2019 EN EL CENTRO DE PREPARACIÓN OFICIAL DE LA RESERVA RÍO DE JANEIRO

THE CONTRIBUTION OF SCHOOL PSYCHOPEDAGOGY IN THE TEACHING-LEARNING PROCESS: A READING OF THE 2019 CLASS AT THE OFFICIAL PREPARATION CENTER OF THE RIO DE JANEIRO RESERVE

Daniel Luis Gomes dos Santos Silva¹

Resumo

Este artigo aborda questões referentes aos fatores externos que contribuem dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos do Centro de Preparação de Oficiais do Rio de Janeiro (CPOR/RJ), um Estabelecimento de Ensino do Exército Brasileiro, destacando o trabalho do psicopedagogo escolar do Centro. O problema a ser respondido é: como se dá a atuação do psicopedagogo escolar perante às dificuldades de aprendizagem dos alunos do Curso de Formação de Oficiais da Reserva de 2ª Classe combatentes no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva no Rio De Janeiro? O objetivo do estudo consiste em analisar o trabalho deste militar, discorrendo sobre sua contribuição como facilitador da aprendizagem. A metodologia aplicada é qualitativa, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental. Para isso, são utilizados trabalhos de diversos autores e dados específicos do Centro, retratando a realidade dos discentes à luz das fontes pesquisadas. O trabalho estuda o psicopedagogo escolar e as dificuldades de aprendizagem, com o intuito de compreender as atribuições deste profissional no processo em questão. Pressupõe-se que o trabalho deste profissional pode interferir de maneira positiva no processo, que as dificuldades de aprendizagem podem ser consequências de diversos fatores atinentes ao Centro ou não e que há oportunidades de melhoria na atuação do psicopedagogo escolar do estabelecimento. Por fim, o artigo relaciona o trabalho deste profissional com a minimização das dificuldades apresentadas, observando algumas ações que podem ser adotadas para favorecer o processo de ensino-aprendizagem.

PALAVRAS CHAVE: Ensino. Dificuldades de aprendizagem. Psicopedagogo Escolar.

Resumen

Este artículo aborda temas relacionados con factores externos que contribuyen a las dificultades de aprendizaje que presentan los estudiantes del Centro de Preparación Oficial de Río de Janeiro (CPOR / RJ), una Institución Educativa del Ejército Brasileño, destacando el trabajo del psicopedagogo de la escuela en el Centro. El problema que hay que responder es: ¿cómo actúa el psicopedagogo escolar ante las dificultades de aprendizaje de los alumnos del Curso de Formación de Oficiales de Reserva de 2da Clase en el Centro de Preparación de Oficiales de Reserva en Río de Janeiro? El objetivo del estudio es analizar el trabajo de este soldado, discutiendo su contribución

¹ Pós-Graduado em Ciências Militares (AMAN); Pós-graduado em Comunicações (EsCom), Pós-graduado em Aperfeiçoamento em Operações Militares (EsAO), Pós-graduado em Psicopedagogia Escolar (CEP), Pós-graduado em Docência e Gestão do Ensino Superior (Universidade Estácio de Sá).

como facilitador del aprendizaje. La metodología aplicada es cualitativa, mediante una investigación bibliográfica y documental. Para ello, se utilizan trabajos de diferentes autores y datos específicos del Centro, retratando la realidad de los estudiantes a la luz de las fuentes investigadas. El trabajo estudia el psicopedagogo escolar y las dificultades de aprendizaje, con el fin de comprender las atribuciones de este profesional en el proceso en cuestión. Se asume que el trabajo de este profesional puede interferir positivamente en el proceso, que las dificultades de aprendizaje pueden ser consecuencia de varios factores propios del Centro o no, y que existen oportunidades de mejora en el desempeño del psicólogo educativo de la escuela. Finalmente, el artículo vincula la labor de este profesional con la minimización de las dificultades presentadas, observando algunas acciones que se pueden realizar para favorecer el proceso de enseñanza-aprendizaje.

PALABRAS CLAVE: Docencia. Dificultades de aprendizaje. Psicopedagogo escolar.

Abstract

This article addresses issues related to external factors that contribute to learning difficulties presented by students from the Rio de Janeiro Official Preparation Center (CPOR / RJ), a Brazilian Army Educational Institution, highlighting the work of the school's psychopedagogue. The problem to be answered is: how does the school psychopedagogue act in the learning difficulties of the students of the Training Course for 2nd Class Reserve Officers in the Reserve Officers Preparation Center in Rio De Janeiro? The objective of the study is to analyze the work of this soldier, discussing his contribution as a facilitator of learning. The applied methodology is qualitative, through a bibliographic and documentary research. For this, works from different authors and specific data from the Center are used, portraying the reality of the students in the light of the researched sources. The work studies the school psychopedagogue and the learning difficulties, in order to understand the roles of this professional in the process in question. It is assumed that the work of this professional can positively interfere in the process, that learning difficulties may be the consequences of several factors pertaining to the Center or not and that there are opportunities for improvement in the performance of the school's educational psychologist. Finally, the article links the work of this professional with the minimization of the difficulties presented, observing some actions that can be taken to favor the teaching-learning process.

KEYWORDS: Teaching. Learning difficulties. School Psychopedagogue.

1. Introdução

A pesquisa em pauta foi realizada a partir da análise do trabalho do Psicopedagogo Escolar nas dificuldades apresentadas pelos alunos do Curso de Preparação de Oficiais da Reserva no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro (CPOR/RJ), com o intuito de mitigar fatores externos e internos ao curso que desfavorecem o aprendizado.

O cidadão do sexo masculino, no ano em que completa 18 anos, precisa realizar o alistamento em uma junta militar, a fim de prestar o serviço militar obrigatório. Caso esteja cursando no mínimo o último

ano do Ensino Médio, pode ter a oportunidade de realizar o curso de formação de oficiais combatentes em um Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Para isso, precisa passar por um processo seletivo composto por etapas eliminatórias, com as entrevistas iniciais, as inspeções de saúde e o teste físico, e uma etapa classificatória, que consiste em um exame intelectual.

O cidadão aprovado e classificado passa a cumprir o serviço militar obrigatório no Centro. Sendo assim, passa a condição de aluno, realizando o supracitado curso naquele ano em um regime de trabalho e estudo de 42 semanas. Nesse período, recebe uma intensa carga de novos conhecimentos inerentes ao oficial do Exército.

Segundo o sítio do CPOR/RJ², a missão do Centro é “Formar o Oficial da Reserva, capacitando-o à convocação temporária para o serviço ativo e transformando-o em vetor de difusão dos valores militares na sociedade brasileira.” Depois de finalizada a formação no CPOR/RJ, o concludente passa a ser considerado um reservista de segunda categoria. Dessa maneira, pode ser convocado a atuar nas Organizações Militares da 1ª Região Militar (1ª RM) ou até em outras RM espalhadas pelo país, conforme necessidade.

Ao longo de sua formação, são introduzidos inúmeros conceitos novos aos alunos, tanto na área cognitiva como psicomotora e afetiva, com uma carga horária limitada e tempo curto de curso. Existe a demanda que o processo de aprendizagem do aluno seja realizado com o máximo aproveitamento de seu potencial e que sua adaptação ao novo ambiente seja realizada nas melhores condições possíveis. Neste ínterim, o trabalho do psicopedagogo, habilitação prevista para o Chefe da Seção Psicopedagógica no Quadro de Cargos Previstos (QCP) do Centro, realiza-se inserido na Divisão de Ensino (DE), atuando na orientação educacional e processo ensino-aprendizagem.

Tendo em vista a questão orçamentária e previdenciária, existe uma forte tendência que o número de militares temporários aumente, tanto com relação às praças quanto aos oficiais. No tocante aos últimos, a formação da vertente combatente é missão precípua dos CPOR e dos Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) a eles vinculados. Após a conclusão do Curso, o aspirante-a-oficial pode ser convocado a prestar o Estágio de Preparação de Oficiais Temporários (EIPOT) e o Estágio de Instrução Específica (EIC), nas Organizações Militares (OM) espalhadas pelo país.

Dentre os CPOR que o Exército Brasileiro (EB) possui, o do Rio de Janeiro apresenta algumas peculiaridades. Foi o primeiro a ser fundado, idealizado pelo então Cap Correia Lima, em 1927, contando desde então com os Cursos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações, Intendência e Material Bélico. Forma anualmente em torno de 200 oficiais combatentes temporários.

^{2 2} Disponível em <http://www.cporrj.eb.mil.br/missao.html>, acesso em: 16 de junho de 2020.

O CPOR/RJ possui em seu QCP um oficial com o curso de psicopedagogia escolar, chefiando a Seção Psicopedagógica (esta denominação também está prevista no Regimento do CPOR/RJ, enquanto o Regulamento dos CPOR ainda prevê o nome “Seção Psicotécnica”), pertencente à Divisão de Ensino (DE). Este militar trabalha em conjunto com a Seção de Orientação Educacional e a Seção Técnica de Ensino.

Ao oficial especialista em Psicopedagogia Escolar cabe, entre outras missões, segundo o Regimento Interno do CPOR/RJ e o Regulamento dos CPOR, realizar a orientação educacional e psicopedagógica dos alunos, além de assuntos pertinentes ao desenvolvimento do conteúdo atitudinal. Sendo assim, ele é o responsável por minimizar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos do Centro.

Dessa forma, justifica-se a escolha deste tema como uma maneira de realizar um trabalho científico que analise como o psicopedagogo escolar trabalha na facilitação do processo de ensino e aprendizagem, assim como na preparação e consecução da parte afetiva e psicológica do discente.

A abordagem em como pesquisar o tema deriva da experiência pessoal, tendo em vista que o autor esteve na função de Chefe da Divisão de Ensino do CPOR/RJ no ano de 2018 e Chefe da Seção Técnica de Ensino nos anos de 2019 e 2020, sendo também instrutor-chefe do Curso de Artilharia nos anos de 2016, 2017 e 2019. Nota-se com clareza que os alunos do Centro apresentam grande dificuldade na assimilação dos assuntos pertinentes à parte cognitiva. Tal fato gera grande atraso no andamento nas instruções, além de eventuais reprovações, conforme previsto nas Normas para a Avaliação da Aprendizagem 4ª Ed, de 2019.

Foi levantado o seguinte problema, que conduziu esta pesquisa científica: como se dá a atuação do Psicopedagogo Escolar perante as dificuldades de aprendizagem dos alunos do Curso de Formação de Oficiais da Reserva de 2ª Classe combatentes no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva no Rio De Janeiro? Pressupõe-se que o Psicopedagogo Escolar do CPOR/RJ atua em atenção aos alunos do Curso em pauta, agindo no sentido de minimizar as dificuldades enfrentadas no decorrer da sua formação no Centro. Sendo assim, levantaram-se as seguintes questões norteadoras: Quais as principais dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos do CPOR/RJ? Como o trabalho realizado pelo psicopedagogo escolar do CPOR/RJ contribui para um melhor aprendizado dos alunos que estão realizando o Curso de Formação de Oficiais da Reserva no Centro?

Com a finalidade de atingir o objetivo geral do trabalho, será apresentada a formação do oficial combatente temporário no CPOR/RJ e a missão do psicopedagogo escolar do Centro na aprendizagem dos alunos. Desta forma, foram levantados quatro objetivos específicos que nortearão a condução do trabalho proposto. São eles: Apresentar o CPOR/RJ, sua missão e histórico; apresentar como se realiza o Curso de Formação de Oficiais da Reserva no CPOR/RJ; conhecer as principais dificuldades de aprendizagem

apresentadas pelos alunos do CPOR/RJ, entender a atuação do psicopedagogo junto aos alunos do curso em pauta e, se for o caso, apresentar sugestões e oportunidades de melhoria na execução da atividade, com o intuito de minimizar dificuldades de aprendizagem e contribuir para a obtenção da excelência na formação em questão.

1.1. O Sistema de Ensino no Exército Brasileiro e a Formação do Aspirante a Oficial Combatente da Reserva de 2ª Categoria no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro

A presente Seção tem por finalidade apresentar o Sistema de Ensino no Exército Brasileiro. Será abordada a responsabilidade dos escalões superiores sobre a formação do oficial da reserva de 2ª categoria da linha bélica no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro, e descritas as principais características dos Cursos desenvolvidos no Centro.

Todas as atividades voltadas ao Ensino e à Educação são de responsabilidade do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX). Este foi criado em 23 de dezembro de 2008, por meio do Decreto Presidencial nº 6710. Trata-se de um Órgão de Direção Setorial, antigo Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), que foi criado em 1970.

O DECEX possui cinco Diretorias e um Centro a ele subordinados, a saber: Diretoria de Educação Superior Militar (DESMil), a Diretoria de Educação Técnica Militar (DETMil), a Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx) e o Centro de Capacitação Física do Exército/ Forte São João (CCFEx/FSJ).

No âmbito do EB, a Diretoria responsável pelo Ensino Superior é a DESMil, tendo sido criada por meio do Decreto Nr 31.210, de 29 de julho de 1952, sob a denominação de Diretoria de Instrução, iniciando suas atividades em março de 1953. Atualmente, a Diretoria possui diversas Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS): Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Escola de Saúde do Exército (EsSEX), Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx) e Cinco Centros de Preparação de Oficiais da Reserva – Rio de Janeiro (CPOR/RJ), São Paulo (CPOR/SP), Porto Alegre (CPOR/PA), Belo Horizonte (CPOR/BH) e Recife (CPOR/R).

Neste íterim, a missão da DESMil³ é dirigir a formação dos oficiais de carreira das linhas de ensino militar bélico, complementar, de saúde, dos oficiais da reserva e dos capelães militares. Ademais, conduz o aperfeiçoamento e os altos estudos dos oficiais pertencentes a todas as linhas de ensino militar. Sua missão síntese é formar, aperfeiçoar e proporcionar altos estudos aos oficiais.

3 Disponível em <http://www.portaldeeducacao.eb.mil.br/index.php/quem-somos>, acesso em 23 de setembro de 2020.

Em meados dos anos 1920⁴, sob influência das ideias emanadas pela Missão Militar Francesa no Brasil, o então Capitão (Cap) de Artilharia Luiz de Araújo Correia Lima idealizou a possibilidade de convocar os alunos de instituições de nível superior a servirem ao Exército. A formação deveria acontecer em horários em que não haveria aulas na faculdade, e teria a capacidade de trazer para a Força recursos humanos capacitados, culminando com a obtenção de uma reserva de alto nível. Dessa forma, em 1927 foi criado o primeiro CPOR, na cidade do Rio de Janeiro.

A iniciativa do então Cap Correia Lima mostrou-se, desde a sua concepção, extremamente promissora. Os resultados começaram a aparecer tão logo os primeiros formados pelo Centro assumiram as suas funções nos corpos de tropa, e o batismo de fogo na 2ª Guerra Mundial veio a coroar a excelência da formação do CPOR. Um dos maiores heróis da Força Expedicionária Brasileira (FEB), Major Apollo Miguel Resk⁵, foi um oficial temporário formado no Centro.

Em consequência dos resultados observados, foram criados outros Centros com o mesmo intuito. Atualmente existem mais quatro CPOR espalhados pelo território brasileiro, nas cidades de Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e São Paulo, com até sete cursos de formação, contemplando todas as Armas, Quadro e Serviço da linha bélica do EB.

Cada um desses Estabelecimentos de Ensino (Estb Ens) possui, ainda, Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) a eles vinculados⁶. Os NPOR possuem a mesma função que o CPOR, no entanto conta com um ou dois cursos apenas, sendo sediados em cidades com menor número de habitantes e concedendo maior capilaridade ao Sistema. Para ingresso em um Centro ou um Núcleo, o cidadão precisa se alistar para o serviço militar obrigatório, estar cursando no mínimo o 3º ano do Ensino Médio, ser voluntário e ser selecionado em um processo que conta com entrevistas, Inspeção de Saúde e Exames Físico e Intelectual.

Para o melhor cumprimento de sua missão, segundo o artigo 11 do Regulamento dos CPOR, os Centros organizam-se da seguinte forma: Comando e Estado-Maior; Divisão Ensino (Div Ens); Divisão de Pessoal (Div Pes); Divisão Administrativa (Div Adm); Corpo de Alunos (CA); e Companhia de Comando e Serviços (CCSv).

1.2 O Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro

4 Disponível em <http://www.cporrj.eb.mil.br/pt/editoria-c>, acesso em 23 de setembro de 2020.

5 Disponível em http://www.eb.mil.br/web/midia-imprensa/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/IZ4bX6gegOtX/content/cpor-rj-90-anos-herois-r2-maj-apollo-miguel-resk, acesso em 23 de setembro de 2020.

6 Disponível em <http://www.decex.eb.mil.br/bem/noticias/277-os-cpor-e-npor#:~:text=Nos%20CPOR%2C%20s%C3%A3o%20formados%20oficiais,e%20do%20Servi%C3%A7o%20de%20Intend%C3%Aancia.&text=Os%20NPOR%20funcionam%20dentro%20de,dos%20quart%C3%A9is%20onde%20est%C3%A3o%20sediados.>, acesso em 24 de setembro de 2020.

O CPOR/RJ foi o primeiro estabelecimento de formação de oficiais temporários da linha bélica no Brasil⁷, criado por intermédio de Despacho Ministerial em 22 de abril de 1927. Sua denominação histórica é “Centro Tenente Coronel Correia Lima”, em homenagem ao seu fundador e patrono da reserva. Inicialmente, foi instalado no bairro de São Cristóvão, onde hoje situa-se o Museu Militar Conde de Linhares. Em 1968, foi transferido para a Avenida Pedro II, no local onde atualmente fica o Batalhão de Guardas. Posteriormente, em 1997, mudou-se para a Avenida Brasil, em Bonsucesso, onde está localizado atualmente.

Vinculados ao CPOR/RJ, estão atualmente 12 NPOR, espalhados nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil. Embora possuam certo grau de autonomia, todos estes Núcleos desenvolvem suas atividades sob coordenação do Centro, principalmente aquelas atinentes ao Ensino, que naturalmente são conduzidas pela Divisão de Ensino do Centro. Para o ano de 2021, estará também vinculado ao Centro o NPOR criado no 4º Batalhão de Infantaria de Selva, na cidade de Rio Branco (Acre), com o curso de Infantaria.

Tabela 2. NPOR vinculados ao CPOR/RJ.

NPOR	Curso	Cidade
1º Batalhão de Infantaria de Selva (1º BIS)	Infantaria	Manaus (Amazonas)
12º Depósito de Suprimento (12º DSup)	Intendência	Manaus (Amazonas)
5º Batalhão de Engenharia de Construção (5º BEC)	Engenharia	Porto Velho (Rondônia)
2º Batalhão Ferroviário (2º BFv)	Engenharia	Araguari (Minas Gerais)
4º Grupo de Artilharia Antiaérea (4º GAA Ae)	Artilharia	Sete Lagoas (Minas Gerais)
4º Grupo de Artilharia de Campanha Leve (4º GAC L)	Artilharia	Juiz de Fora (Minas Gerais)
4º Batalhão de Engenharia de Combate (4º BECmb)	Engenharia	Itajubá (Minas Gerais)
18º Grupo de Artilharia de Campanha (18º GAC)	Artilharia	Rondonópolis (Mato Grosso)
20º Regimento de Carros de Combate (20º RCB)	Cavalaria	Campo Grande (Mato Grosso do Sul)
32º Grupo de Artilharia de Campanha (32º GAC)	Artilharia Intendência	Brasília (Distrito Federal)
Batalhão de Guarda Presidencial (BGP)	Infantaria	Brasília (Distrito Federal)

Fonte: Divisão de Ensino do CPOR/RJ.

De acordo com o artigo 3º do Regimento do CPOR/RJ, a organização geral do Centro é realizada da seguinte forma:

Comando (Cmdo); Estado-Maior; Divisão Ensino (Div Ens); Divisão de Pessoal (Div Pes); Divisão Administrativa (Div Adm); Corpo de Alunos (CA); Companhia de Comando e Serviços (Cia C Sv); e Seção de Comunicação Social (SCS). Neste trabalho, serão abordados a Divisão de Ensino e o Corpo de Alunos, com os seus cursos de formação. (REGIMENTO DO CPOR/RJ, p.5, 2014)

⁷ Disponível em <http://www.cporrj.eb.mil.br/pt/editoria-c>, acesso em 23 de setembro de 2020.

1.3 A Divisão de Ensino do CPOR/RJ

A Divisão de Ensino do CPOR/RJ é encarregada de planejar, coordenar e acompanhar as atividades de ensino do Centro. Sendo assim, é o “coração” do Estb Ens, recaindo sobre ela a responsabilidade de conduzir a formação do aspirante-a-oficial da reserva, que é o foco da missão-síntese da Organização Militar (OM).

Como visto anteriormente, de acordo com o QCP da OM, a Divisão de Ensino é composta pela Seção Técnica de Ensino (STE), Seção Psicotécnica (Sec Psico), Seção de Meios Audiovisuais e Publicações (SMAP), Biblioteca, Seção de Treinamento Físico Militar (Sec TFM) e Seção de Orientação Educacional (SOE). A STE conta ainda com 2 Subseções: a Subseção de Planejamento e Pesquisa (SSPP) e a Subseção de Estatística e Medidas de Aprendizagem (SSEMA).

Há um aspecto a ser observado: o Regulamento do CPOR prevê a existência da Seção Psicotécnica e descreve as suas atribuições. O Regimento Interno do CPOR/RJ não cita a Seção Psicotécnica, e sim a Seção Psicopedagógica, que segundo esta norma tem atribuições relativas à orientação educacional de alunos e até de soldados, e contempla o termo correto e atual para a Seção. Estas legislações não citam a Seção de Orientação Educacional, que está prevista em QCP, e cuja chefia está planejada para ser exercida pelo Chefe da Divisão de Ensino, cumulativamente. Para este trabalho, será considerada a Seção Psicopedagógica, dentro da DE, como foco, especificamente as atividades do psicopedagogo escolar. Cabe ressaltar, porém, que há a possibilidade de este profissional estar ocupando a Seção de Orientação Educacional.

1.4 A Seção Psicopedagógica (Sec Psico)

A Seção é a vertente da Divisão de Ensino responsável por coordenar todas as atividades inerentes ao acompanhamento psicopedagógico do processo de ensino-aprendizagem e orientação psicológica dos alunos.

A Seção é aquela que, dentro da Divisão de Ensino, tem por atribuição acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, detectando e atendendo às dificuldades apresentadas por instrutores e alunos. Dessa forma, é o local mais indicado para o psicopedagogo escolar desempenhar o seu trabalho. A fim de proporcionar o entendimento da relação entre este profissional e os cursos, é importante compreender como funciona a estrutura destes.

1.5 Os Cursos de Formação de Oficial da Reserva (CFOR)

De acordo com o Plano Geral de Ensino (PGE) de 2019, o CFOR funciona ao longo de 42 semanas, divididas em Período Básico, com duração de 15 semanas, e o Período de Formação e Aplicação (PFA), com duração de 27 semanas. O ano de instrução inicia em fevereiro e termina na última semana de novembro ou primeira de dezembro, perfazendo um total de 1428 horas e 179 dias de serviço. O regime utilizado é o de externato, em sua maioria em meia jornada de instrução, de segunda a sexta-feira. Anualmente são matriculados em torno de 200 alunos, que ao final do curso são declarados aspirantes-a-oficial do Exército caso concluam com aproveitamento.⁸

Desde 2019 o CPOR/RJ utiliza a Metodologia de Ensino por Competências. Dessa forma, é estimulada a participação ativa do instruendo, sendo ele o centro do processo, com a utilização da contextualização e de situações-problema. Ademais, é extremamente valorizado o desenvolvimento de valores e atitudes, permitindo a aplicação dos conhecimentos adquiridos e compartilhados com criatividade e responsabilidade. Sendo assim, são possibilitados a flexibilidade e a adaptação às novas realidades e às especificidades que o militar encontrará nos corpos de tropa após formado.

A formação no Centro encontra amparo em diversos documentos de currículo: Perfil Profissiográfico e Mapa Funcional, publicados no Boletim Interno (BI) nr 86 do DECEX, de 14 de novembro de 2017; Plano de Disciplinas e Plano Integrado de Disciplinas, ambos publicados no BI nr 12 da DESMIL, de 12 de fevereiro de 2019, além dos regulamentos e normas de diversos níveis. São desenvolvidos quatro tipos de conteúdos: o conceitual, o factual, o procedimental e o atitudinal.

O Curso Básico fornece a formação do combatente individual básico, comum às demais OM do EB, com algumas especificidades inerentes à situação de instruendo de um estabelecimento formador de oficiais. O aluno, ao ser matriculado, recebe as primeiras instruções e passa por um período breve de internato, que em 2019 foi de 2 semanas. Participa, também, de 2 Exercícios de Longa Duração e realiza as primeiras avaliações do CFOR, pertinentes às disciplinas de Instrução Geral e Combate e Serviço e Campanha 1, conforme previsto no PLADIS do CFOR.

De acordo com o PGE/2019, ao fim do Período Básico o aluno tem a possibilidade de optar pela Arma, Quadro ou Serviço que irá cursar, de acordo com as vagas disponíveis e a classificação obtida nas avaliações somativas (aquelas que expressam graus válidos para este fim) executadas ao longo do período inicial. São 7 Cursos disponíveis no Centro: Arma de Infantaria, Arma de Cavalaria, Arma de Artilharia, Arma de Engenharia, Arma de Comunicações, Serviço de Intendência e Quadro de Material Bélico. Dessa forma, iniciar-se-á o Período de Formação e Aplicação, que por sua vez culminará com a declaração de aspirante-a-oficial do Exército.

⁸ Informações disponíveis no Plano Geral de Ensino/2019 do CPOR/RJ.

Tabela 3. Efetivo de alunos dos Cursos do CFOR no CPOR/RJ em 2019.

Curso	Efetivo de Alunos
Infantaria	40
Cavalaria	30
Artilharia	30
Engenharia	25
Comunicações	20
Intendência	30
Material Bélico	20
Total	200

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o PLADIS e o PLANID do CFOR, a partir de 2019 foi implementada no CPOR/RJ a Metodologia de Ensino por Competências, calcada no desenvolvimento do conhecimento, habilidades, atitude, valores e experiências. Foi valorizada a aprendizagem significativa, modificando o foco do ensino do conteúdo para as competências. Sendo assim, busca-se valorizar o aperfeiçoamento do senso crítico, com amplo aprimoramento dos procedimentos didáticos. Os conteúdos da aprendizagem foram especificados como conceituais, que são aqueles expressados tão somente em conceitos; factuais, na medida em que um fato é atrelado a um conceito, adquirindo significado e inserido em um contexto; procedimentais, que são aqueles que demandam um procedimento e uma técnica, e atitudinal, que são aqueles ligados às atitudes indispensáveis à formação do militar.

2 As Dificuldades de Aprendizagem

É muito importante entender a definição de dificuldade de aprendizagem. Para Bossa (2000, p.37), a situação “abrange um grupo heterogêneo de fatores que podem alterar a capacidade de aprendizagem e que não são relacionados às condições neurológicas para aprender”. No entendimento de Carragher e Schliemann (1989), em muitos casos a dificuldade em aprendizagem não trata-se de um problema onde aluno não consiga aprender ou não seja capaz de raciocinar. De acordo com Escoriza Nieto (1998), para que as dificuldades de aprendizagem possam ser avaliadas, precisam ser compreendidas não como atribuíveis às propriedades específicas (biológicas e cognitivas) do aluno. Nesta linha de pensamento, o problema pode ser ocasionado por situações conjunturais que envolvem o aluno ou quaisquer dos demais agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Navarro et al (2016), nas dificuldades de aprendizagem estão inseridos os alunos com passividade, que não participam das aulas; os agressivos, que discutem com alunos e professores; os que não demonstram vontade de estudar e os agitados. Para Coll, Marchesi e Palácios (2004), o mau

funcionamento do cérebro pode ser resultado de um ambiente nocivo, não sendo decorrente necessariamente de uma falha cerebral. Neste contexto, tem-se que os comportamentos prejudiciais podem ter diversas causas, diretamente relacionadas ao aluno, à escola ou ao contexto em que o estudante está inserido. Weiss afirma ainda que:

A dificuldade em aprender pode estar relacionada a determinantes sociais, da escola e do olhar de professor, próprio aluno, ou seja, ligada a fatores internos (cognitivos e emocionais) e a fatores externos (culturais, sociais e políticos). (WEISS, 1997, p.16)

Ainda segundo Navarro et al (2016), a dificuldade de aprendizagem escolar pode ser fabricada também pelo ambiente familiar. Dessa forma, é preciso identificar o comportamento do aluno, o que na maioria das vezes fica evidenciado mais facilmente para o professor que encontra-se em sala de aula. As dificuldades de aprendizagem, quando persistentes e associadas a fatores de risco emanados do ambiente familiar e social mais amplo, podem afetar negativamente o desenvolvimento do indivíduo (SANTOS E MATURANO, 1999). Para Dell Prette e Dell Prette (1998), as dificuldades de aprendizagem são um problema psicossocial.

Para Elias (2003), o baixo desempenho escolar está frequentemente ligado a problemas socioemocionais. Smith e Lisa Atrick (2001) afirmam que as dificuldades de aprendizagem podem resultar-se de problemas como violência doméstica e fatores emocionais. Já Ballone (2004) assinala que as dificuldades de aprendizagem não devem ser tratadas como se fossem problemas sem solução, mas como desafios que fazem parte do próprio processo da aprendizagem. Sendo assim, é fundamental perceber que trata-se de um óbice com o qual a instituição e todos os agentes envolvidos têm que estar preparados para lidar. Soares afirma ainda que:

[...] os alunos não aprendem todos da mesma forma, nem muito menos todos ao mesmo tempo, o que vai demandar dos profissionais da educação uma constante readequação das **formas de trabalhar o mesmo conteúdo com vistas a atingir o seu objetivo principal**, que é o de conseguir que o aluno aprenda aquilo que está sendo ensinado. (SOARES, 2011, p.45, grifo nosso)

Libâneo (2010) lembra ainda que os meios de comunicação e outros ambientes mais atrativos são grandes concorrentes das aprendizagens escolares. De fato, um problema no aprendizado pode estar diretamente ligado à falta de interesse por parte do aluno, que encontra grande atratividade no entretenimento cada vez mais acessível. Cabe ressaltar, no entanto, que a tecnologia da informação e comunicação pode e deve ser utilizada como uma importante ferramenta na didática de ensino, possibilitando o despertar do prazer do discente em aprender.

Segundo Nogueira (2012), não é raro que o jovem apresente dificuldades de aprendizagem, seja na leitura, na escrita, concentração, dúvidas de como estudar, cansaço por ter que dividir seu tempo com

outras atividades, dentre outros motivos. No caso dos alunos do CPOR/RJ, é pertinente observar que existe uma grande parcela que, além das atividades realizadas no Centro, realiza um curso universitário.

Para Scoz (1998, p.82), “ A origem de toda a aprendizagem está nos esquemas de ação que o indivíduo desenvolve e que dependem, por sua vez, da integridade orgânica e corporal.” Sendo assim, fica evidente que a dificuldade apresentada por um aluno pode ter sua causa completamente externa à escola. Segundo Paz apud José e Coelho:

o problema de aprendizagem como um sintoma, no sentido de que o não aprender não configura um quadro permanente, mas ingressa numa constelação peculiar de comportamento, nos quais se destaca como sinal de descompensação. (PAZ apud JOSÉ e COELHO, 2001, p. 36)

Depreende-se, portanto, que o óbice expressado por um discente pode ser um sinal que algo, em um contexto amplo e que pode ser atinente a questões externas à escola, não vai bem, e que tal situação pode ser modificada. Young (2007, p. 1296) afirma que “O sucesso dos alunos depende altamente da cultura que eles trazem para a escola”. Segundo Costa,

Os problemas da aprendizagem, quando caracterizados pelo indivíduo, precisam de uma atenção especial, considerando-se que os problemas que **levam à não aprendizagem pode ser originados no convívio familiar, escolar ou num contexto social mais amplo.** (COSTA, 2015, p.44, grifo nosso)

O entendimento que os obstáculos enfrentados no aprendizado pode ter suas causas longe das salas de aula é fundamental para a elucidação de todas as suas nuances. Torna-se nítido que é necessário entender o contexto no qual o aluno está inserido, a fim de identificar os fatores que interferem no seu processo de ensino-aprendizagem.

3 O Papel do Psicopedagogo Institucional

Sendo correto assinalar que as dificuldades de aprendizagem são aspectos esperados no processo, cabe à instituição empreender esforços no sentido de combatê-las. Nesse contexto, surge a figura do psicopedagogo institucional. Para Vercelli (2012), a psicopedagogia institucional age no sentido de prevenir as dificuldades de aprendizagem, implicando na diminuição do fracasso escolar (PATTO, 1996).

Conforme Pattera e Rodrigues (2014, p.2), “o profissional de psicopedagogia institucional tem o intuito de observar, analisar e idealizar tentativas de sanar as dúvidas que cerquem a problemática sobre as dificuldades de aprendizagem”. Para Libâneo:

O pedagogo entra naquelas situações em que a atividade docente extrapola o âmbito específico da matéria de ensino: na definição de objetivos educativos, nas implicações psicológicas, sociais, culturais no ensino, nas peculiaridades do processo ensino e aprendizagem, na detecção de problemas de aprendizagem entre os alunos, na avaliação, no uso de técnicas e recursos de ensino etc. (LIBÂNEO, 2010, p.63).

Neste ínterim, é de suma necessidade que haja a interferência do psicopedagogo no processo de ensino-aprendizagem, como sinalizam Pain (1992) e Weiss (1996), que reforçam a importância da escuta e do olhar sensível aos problemas de aprendizagem.

Segundo Vercelli (2012, p. 4), “O psicopedagogo tem por função realizar o diagnóstico institucional para identificar problemas que estão interferindo no processo ensino/aprendizagem dos alunos envolvidos.”. Este profissional tem o dever de aprimorar o desempenho de discentes e docentes, coordenando as situações de ensino, e tornando-se fundamental facilitador do aprendizado.

[...] a psicopedagogia estuda as características da aprendizagem humana, como se aprende, como essa aprendizagem varia evolutivamente e está condicionada por vários fatores, como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, tratá-las e preveni-las (BOSSA, 1994, p. 21).

Dessa forma, cabe ao profissional em pauta tangenciar todo o processo, de maneira mais ampla possível, e agir com o intuito de facilitar o compartilhamento do conhecimento. Para Sisto (1996), a psicopedagogia traz grande contribuição para a aprendizagem, na medida em que considera o processo sob o ponto de vista do discente, que é o sujeito que aprende, e da instituição, que é quem ensina. Para Silva:

A atuação do Psicopedagogo na instituição visa a fortalecer-lhe a identidade, bem como buscar o resgate das raízes dessa instituição, ao mesmo tempo em que procura sintonizá-la com a realidade que está sendo vivenciada no momento histórico atual, buscando adequar essa escola às reais demandas da sociedade (SILVA, 2020, p.7).

O papel do psicopedagogo institucional não resume-se a corrigir eventuais problemas que ocorrem na aprendizagem. Pattera e Rodrigues (2014, p.1) reiteram que “O trabalho do Psicopedagogo na instituição escolar tem um caráter preventivo no sentido de procurar criar competências e habilidades para solução dos problemas”. Como afirma Bossa (2000), o caráter preventivo do trabalho do psicopedagogo consiste em orientar os pais, auxiliar os professores e demais profissionais nas questões pedagógicas, e principalmente socorrer o aluno que esteja sofrendo, qualquer que seja a causa.

Observa-se que a atividade de psicopedagogia escolar deve ser sempre revestida de proatividade, no sentido de prevenir o surgimento dos problemas no processo. O profissional deve trabalhar no intuito de identificar o problema, entender as suas causas, e atuar de modo a prevenir e combater o aparecimento das dificuldades no processo.

4 Os Fatores Externos que Interferem no Ensino-Aprendizagem no CPOR/RJ

O aluno do CPOR/RJ encontra disciplinas e situações completamente diferentes das experiências escolares anteriores. Dessa forma, alguns discentes podem apresentar dificuldades de aprendizagem, e o psicopedagogo escolar do Centro exerce papel preponderante no sentido de, com a participação do

instrutor, identificá-las, minimizá-las e até excluí-las do processo. Cabe ao professor ajudar ao aluno a “[...] encontrar a ciência pelo caminho da consciência; consciência que é: do outro, do mundo e de si mesmo” (MORAIS, 1986, p.30).

Considerando o contexto do Ensino no CPOR/RJ, buscou-se entender as principais dificuldades de aprendizagem encontradas pelos alunos, na intenção de, por consequência, identificar possíveis contribuições para o processo por parte do psicopedagogo escolar do Centro.

3.1 Corpo Docente e discente do CPOR/RJ

No tocante à instituição, foi analisado o processo de ensino-aprendizagem conduzido pela Divisão de Ensino do Centro, no planejamento, coordenação, documentação e execução. Foram também observadas diversas instruções ao longo de todo o ano letivo de 2019, teóricas e práticas. Não foi percebido nenhum óbice estrutural no tocante à condução do Ensino no Centro, que encontra-se aplicando o Ensino por Competências, de acordo com a legislação vigente. Com relação aos procedimentos adotados em caso de baixo desempenho nas avaliações, o Centro disponibiliza instruções específicas de recuperação, plantão pedagógico, tempo de estudo em sala de aula e avaliações de recuperação, tudo em horário de contra-turno e previsto em Quadro de Trabalho Quinzenal (QTQ). Cabe ressaltar que a avaliação somativa, na metodologia ora aplicada, não constitui o objetivo da aprendizagem, mas uma oportunidade de consolidar o conhecimento já compartilhado.

Especificamente no que tange ao trabalho do psicopedagogo em relação às dificuldades de aprendizagem, foram atendidos 3 alunos que apresentaram o problema ao longo do ano. Ademais, os discentes que apresentaram baixo desempenho nas avaliações foram alvo de orientações em conjunto por parte deste profissional.

Foram colhidos dados disponíveis na Divisão de Ensino do Centro, relativos ao discente, com informações acerca de seu cotidiano, abrangendo aspectos socioeconômicos, afetivos, psicossociais e especificamente sobre o ensino. Há considerações relativas à primeira semana de curso de 2019, possibilitando identificar aspectos anteriores ao ingresso nas Forças Armadas. Ademais, há dados relativos ao último mês do curso do mesmo ano, com questões atinentes ao aspecto de ensino, às eventuais dificuldades, e à possibilidade existência de processos de trancamento ou evasão escolar com relação ao curso universitário. Como já evidenciado neste trabalho, o contexto no qual o estudante está inserido pode ser preponderante no processo de ensino-aprendizagem. Observa-se que os dados relativos a 2019 têm a possibilidade de aproximar-se com a realidade atual, tendo em vista que 2020 tornou-se um ano extremamente atípico, considerando a pandemia e a utilização do ensino à distância no CPOR/RJ.

A primeira percepção deste autor é a que a maior causa da dificuldade de aprendizagem enfrentada pelos alunos seria em decorrência da ineficiência do ensino nos níveis fundamental e médio. Sendo assim, faltaria uma “base” para que os alunos assimilassem conceitos mais específicos. Tal possibilidade implica na necessidade de, no Centro, muitas vezes ser preciso compartilhar conhecimentos previstos em outros níveis, especialmente aqueles relativos ao emprego da língua portuguesa e a cálculos matemáticos. Esta condição demanda tempo e dificulta o aprendizado a ser realizado no Estabelecimento. A possibilidade em tela encontra amparo nos resultados do Exame Intelectual para matrícula no CPOR/RJ. De acordo com dados obtidos na Divisão de Ensino do Centro, o índice mínimo de acerto na prova que implicou no ingresso em 2019 e em anos recentes foi de menos de 50%.

Uma segunda percepção é que uma das causas das dificuldades de aprendizagem no Centro seria a falta de interesse do aluno em estudar, especificamente a partir de determinado período do ano, geralmente entre os meses de agosto e setembro. O discente, ao achar que suas notas em avaliações somativas não são suficientes para a convocação no ano seguinte para o EIPOT e para o EIC, não mais se atém às disciplinas do Curso.

Outro aspecto observado é a dificuldade de atrair a atenção do aluno, que em sua faixa etária está demasiadamente ligado à facilidade de entretenimento e à comunicação digital. Dessa forma, procura-se estimular o aluno a aprender utilizando-se também de recursos ligados à tecnologia da informação e comunicação, dentro das limitações do Estabelecimento.

Há outros aspectos que podem ser levantados por este autor: falta de estrutura familiar, com problemas sociais e de relacionamento; contexto social prejudicial, devido a dificuldades econômicas; ambiente desfavorável, em virtude do local onde o aluno reside e os amigos com os quais convive.

Turma de formação	2011			2012			2013			2014			2015		
EIPOT/EIC	2012			2013			2014			2015			2016		
Arma/Quadro/Serviço	Formandos	EIPOT	EIC	Formandos	EIPOT	EIC	Formandos	EIPOT	EIC	Formandos	EIPOT	EIC	Formandos	EIPOT	EIC
Infantaria	37	28	24	40	26	26	40	5	5	39	13	13	37	21	21
Cavalaria	30	5	5	29	5	5	30	3	2	30	3	3	27	7	5
Artilharia	30	24	15	30	15	15	30	6	6	30	7	6	28	5	5
Engenharia	26	15	11	21	11	10	25	3	2	24	7	7	25	2	2

3.2
Análise
dos dados

Comunicações	26	11	10	25	10	10	25	3	2	25	5	5	24	7	7
Intendência	30	25	19	30	19	19	30	5	5	30	8	7	29	29	29
Material Bélico	21	12	11	19	11	11	25	14	10	20	10	10	19	9	9

No tocante aos dados constantes na Divisão de Ensino, há informações relativas ao contexto de formação e convocação dos aspirantes-a-oficial, além de dados relativos aos aspectos econômico e psicossocial, especialmente no que tange ao seu núcleo familiar. As tabelas 3 e 4 resumem o efetivo de aspirantes formados e convocados no ano seguinte para os Estágios.

Tabela 3. Efetivo de aspirantes formados nos Cursos do CFOR no CPOR/RJ e convocados ao EIPOT/EIC entre os anos de 2011 a 2015 .

Fonte: Elaborado pelo autor.

Da análise da tabela acima, observa-se que, entre os anos de 2011 e 2015, aproximadamente 39% dos aspirantes formados no Centro foram convocados para o EIPOT no ano seguinte.

Tabela 4. Efetivo de aspirantes formados nos Cursos do CFOR no CPOR/RJ e convocados ao EIPOT/EIC entre os anos de 2016 a 2019 .

Turma de formação	2016			2017			2018			2019		
EIPOT/EIC	2017			2018			2019			2020		
Arma/Quadro/Serviço	Formandos	EIPOT	EIC	Formandos	EIPOT	EIC	Formandos	EIPOT	EIC	Formandos	EIPOT	EIC
Infantaria	39	12	12	39	13	13	39	30	30	39	19	19
Cavalaria	28	4	4	23	2	2	29	6	5	28	2	2
Artilharia	25	5	4	25	4	4	28	10	10	26	3	3
Engenharia	17	3	2	25	3	3	22	7	7	25	4	4

Continua

Continuação

Comunicações	21	6	5	24	6	6	25	10	10	22	2	2
Intendência	29	19	18	30	14	14	29	25	32	29	20	20
Material Bélico	20	11	9	20	8	7	20	13	11	19	5	5

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode-se notar, ainda, que entre os anos de 2016 e 2019 a tendência se repete, tendo em vista que neste período cerca de 36% dos formandos foram convocados para o EIPOT. Estes dados, se interpretados equivocadamente pelo aluno, podem levar ao desestímulo ao estudo por parte do discente, uma vez que este pode julgar-se incapaz de atingir o patamar desejado. No entanto, pode-se perceber ainda que em alguns anos esta média foi em muito superada, de maneira geral ou em determinados Arma, Quadro ou Serviço.

O gráfico 1 representa a realidade familiar do aluno. Como já apresentado, problemas familiares podem interferir no processo de ensino-aprendizagem.

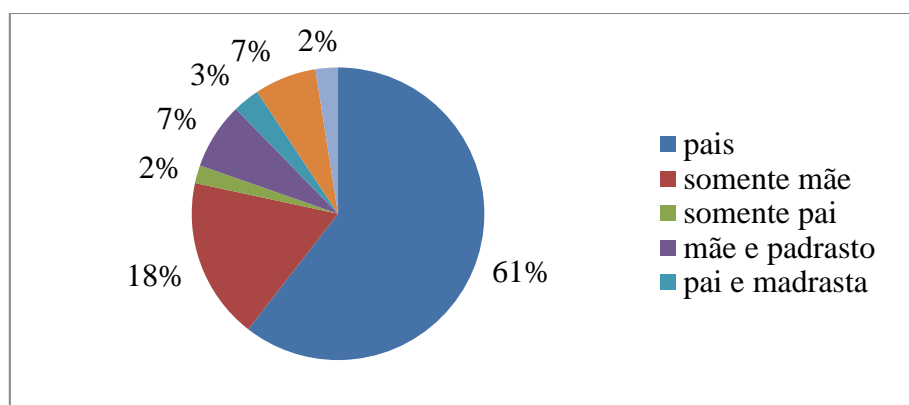


Gráfico 1 - Pessoa(s) que reside(m) com o aluno do CFOR do CPOR/RJ em 2019.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Do acima exposto, percebe-se que a ampla maioria dos alunos reside com os seus pais. Parte considerável mora somente com sua mãe e uma minoria reside com padrasto, madrasta e outros.

O gráfico 2 retrata a realidade da renda familiar do aluno. Segundo Mello (1983) e Leite (1988), a carência de recursos financeiros pode contribuir para o fracasso escolar.

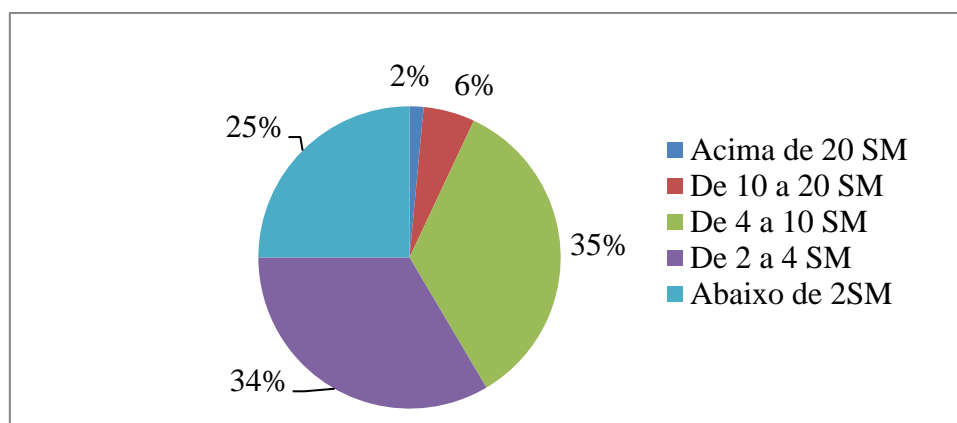


Gráfico 2 - Renda familiar do aluno do CFOR do CPOR/RJ em 2019, baseada em salários-mínimo (SM).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se, portanto, que a maioria dos alunos está inserida em uma renda familiar entre 2 a 4 e entre 4 a 10 salários-mínimos (SM), o que está alinhado com a realidade da sociedade brasileira, de acordo com a última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹.

Com relação à escolaridade do aluno (GRÁFICO 3), foi perguntado se o discente já estava cursando uma Instituição de Ensino Superior (IES) antes do ingresso no CPOR/RJ, com o intuito de buscar compreender a realidade educacional do aluno.

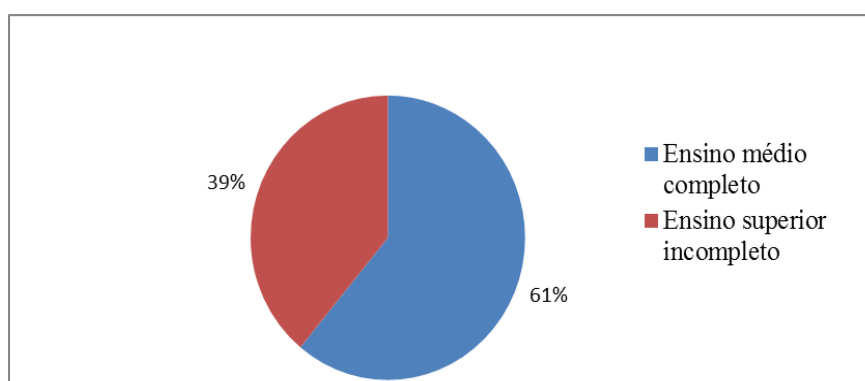


Gráfico 3 - Nível de Escolaridade dos alunos do CFOR no momento da matrícula no CPOR/RJ em 2019.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Embora em minoria, foi possível perceber que significativa parcela dos alunos do Centro já estava cursando o ensino superior antes mesmo de ingressar no EB, levando em consideração que o universo analisado possui entre 19 e 20 anos em quase sua totalidade. Tal fato demonstra a busca pela qualificação.

No tocante à origem escolar dos discentes (GRÁFICO 4), procurou-se levantar informações relativas às suas formações nos ensinos fundamental e médio.

⁹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?edicao=9061&t=resultados>, acesso em 10 de abril de 2020.

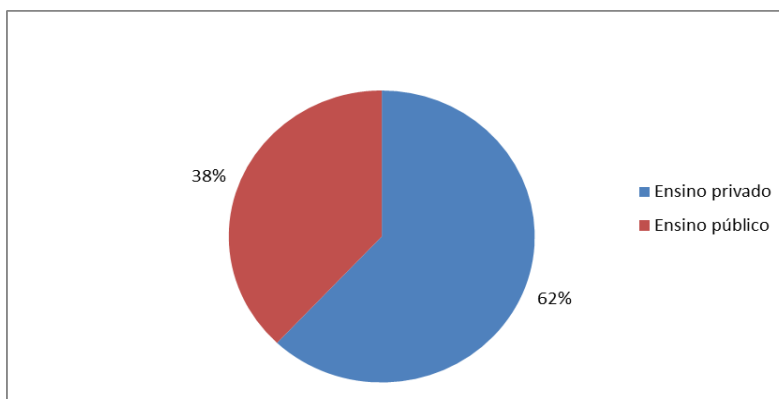


Gráfico 4 - Origem Escolar do aluno do CFOR do CPOR/RJ em 2019.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se que a ampla maioria dos alunos tem sua origem escolar no ensino privado. Tal questão tende a favorecer o aprendizado, considerando o pressuposto da maior eficiência do ensino privado em relação ao público, conforme resultado do Exame Nacional do Ensino Médio de 2018.¹⁰

Com relação ao momento de matrícula no Centro, foi buscada a principal motivação para o ingresso no EB. Os resultados foram centralizados nas respostas emitidas com maior frequência: vocação, contribuir para a renda familiar, boa imagem da Força, estabilidade e motivos diversos (GRÁFICO5).

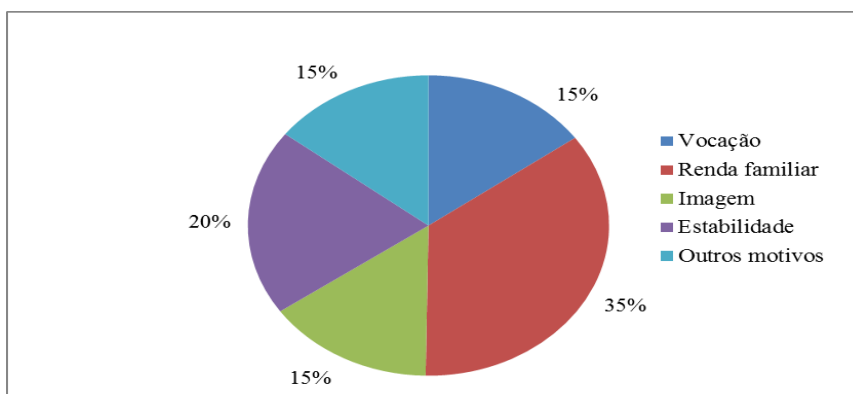


Gráfico 5 Motivação para ingresso do aluno no CFOR do CPOR/RJ em 2019.
Fonte: Elaborado pelo autor.

O motivo da maioria para o ingresso no EB por meio do CPOR/RJ foi contribuir para a renda familiar. Em seguida, aparece a estabilidade que a Força proporciona, que no caso do universo em pauta é relativo ao tempo de curso, que dura pouco mais de 9 meses, caso não haja motivos para o desligamento. Portanto, os aspectos que mais motivam o aluno à matrícula no Centro não são ligados às atividades nele desenvolvidas, mas fatores relacionados com os proventos ao longo do ano letivo.

¹⁰ Disponível em: <https://enempoescola.com.br/escola/35141586/medias>, acesso em 10 de abril de 2020.

O gráfico 6 retrata o campo de trabalho retratado como civil ou militar dos pais ou responsáveis dos alunos do Centro. Esse questionamento parte do pressuposto que um filho de militar tende a possuir alguma noção sobre os preceitos de uma Força Armada, o que poderia facilitar a sua adaptação à rotina na caserna.

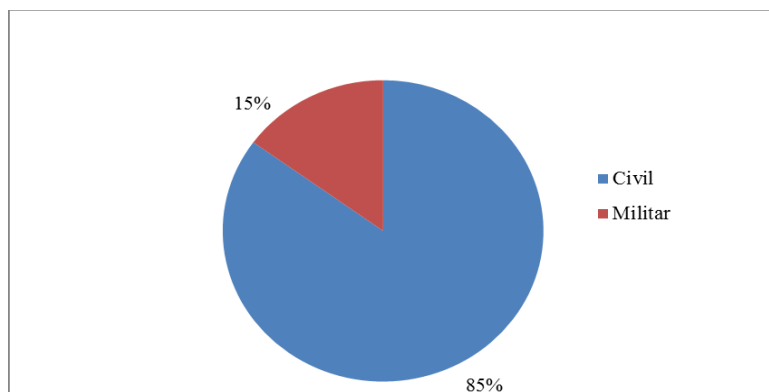


Gráfico 6 - Filiação do aluno do CFOR do CPOR/RJ em 2019.
Fonte: Elaborado pelo autor.

O resultado obtido demonstra que a ampla maioria dos discentes possui um pai ou responsável civil.

Os dados seguintes são relativos ao período final do curso, no mês de novembro de 2019. Num primeiro momento, foi buscado saber qual o tempo de deslocamento entre o quartel e a sua residência. Tal questão teve o objetivo de tentar entender se a questão em pauta poderia gerar desgaste no aluno e e consequentemente dificultar sua aprendizagem (GRÁFICO 7).

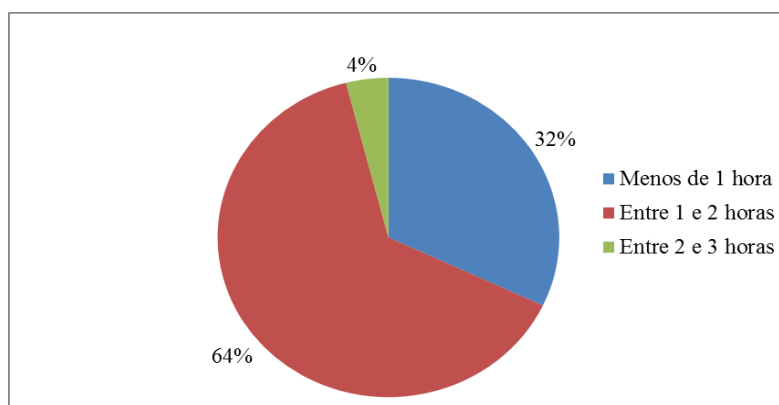


Gráfico 7 - Tempo de deslocamento entre quartel e residência do aluno do CFOR do CPOR/RJ em 2019.
Fonte: Elaborado pelo autor.

O resultado demonstra que a ampla maioria dos discentes leva entre 1 e 2 horas no deslocamento entre o quartel e sua residência, totalizando entre 2 e 4 horas diárias neste percurso. Tal fato, pode implicar, além da perda de tempo, cansaço, estresse e desgaste no aluno.

Outra questão abordada diz respeito a compreender se os discentes do Centro estavam desistindo ou trancando o curso universitário por não conseguirem conciliar as referidas atividades. Cabe ressaltar que, por ocasião da matrícula no Centro em 2019, todos os alunos estavam também matriculados em algum curso universitário, de acordo com o gráfico 8.

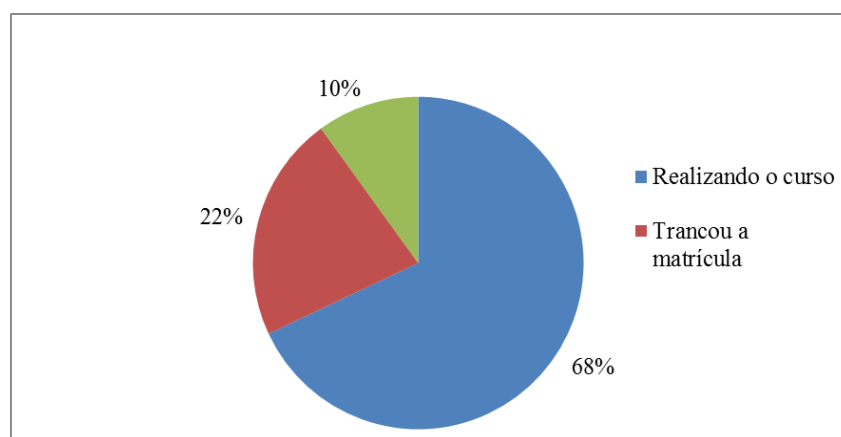


Gráfico 8 - Situação dos alunos do CFOR do CPOR/RJ no curso universitário em 2019.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se que a ampla maioria dos alunos permaneceu realizando o curso universitário ao longo do ano letivo no CPOR/RJ. Há, no entanto, considerável parcela que trancou a matrícula ou desistiu do curso no período em questão. Estes dados levam a enaltecer a importância de o aluno saber organizar o seu tempo de estudo e envidar esforços em ambas atividades, de modo a obter a melhor formação possível sob o ponto de vista militar e do ensino superior.

Especificamente com relação ao processo de ensino-aprendizagem, foi buscado junto aos alunos foi se eles haviam sentido dificuldade na aprendizagem em alguma disciplina ao longo do ano letivo do CPOR/RJ (GRÁFICO 9).

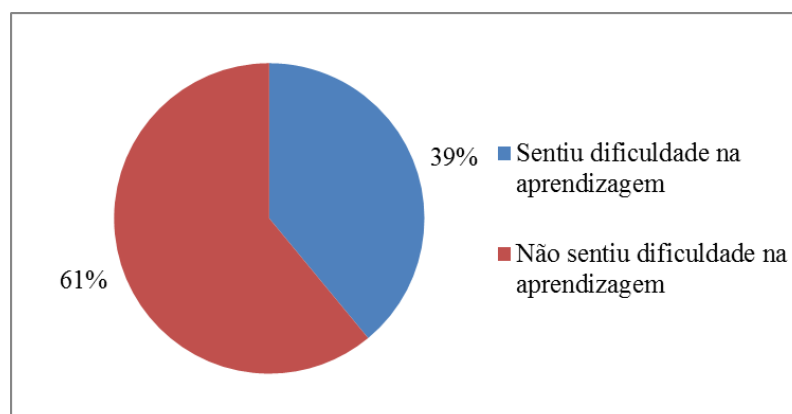


Gráfico 9 - Percepção dos alunos do CFOR do CPOR/RJ em 2019 quanto à dificuldade de aprendizagem.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O resultado expressa que significativa parcela dos discentes encontrou o referido problema em 2019. Desta forma, percebe-se que o obstáculo existe e há a necessidade premente de atuação dos agentes envolvidos no processo.

O último dado observado na Divisão de Ensino do Centro foi sobre o aspecto que os alunos consideram como a principal causa da dificuldade acima relatada, ilustrado no gráfico 10.

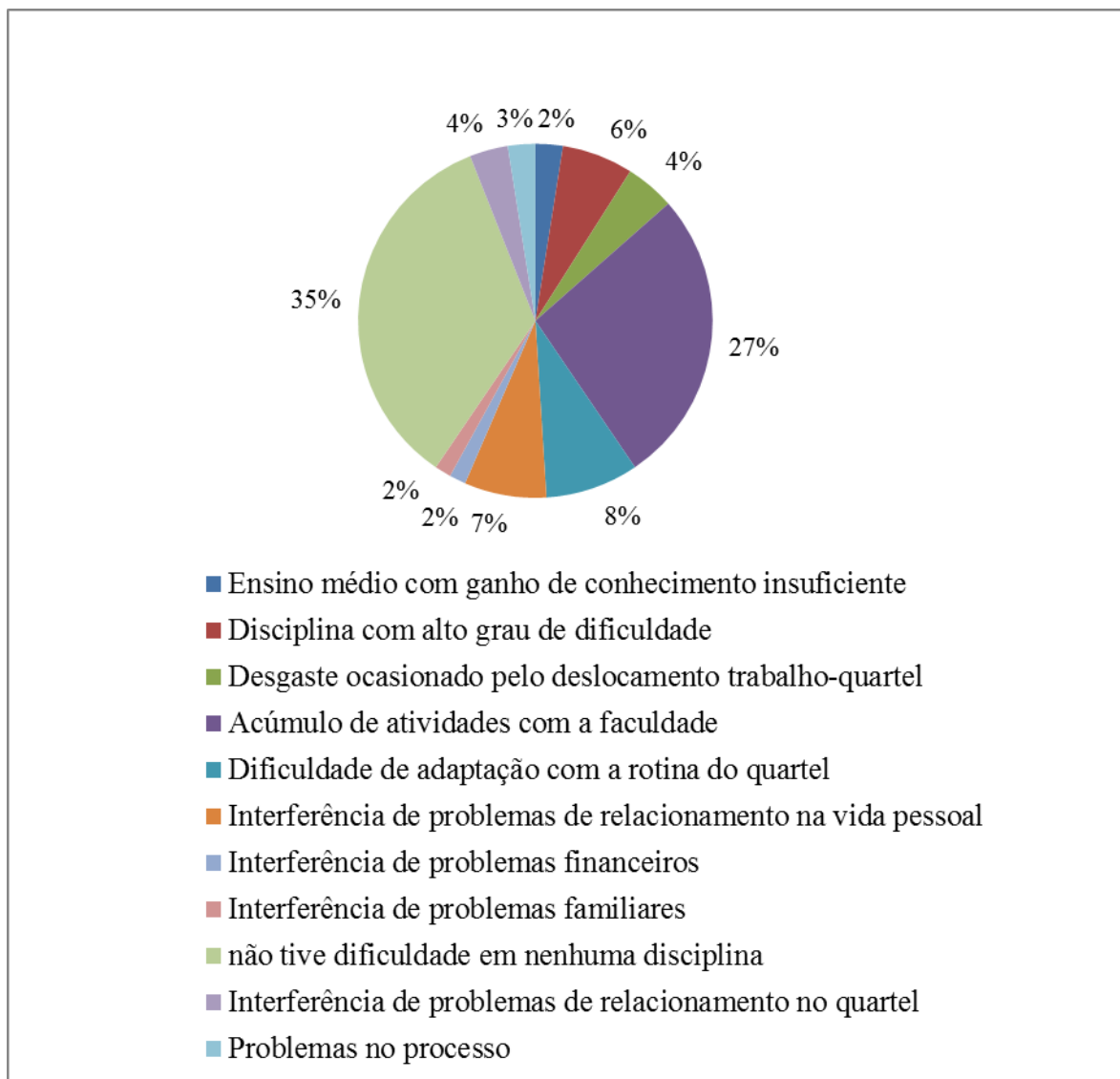


Gráfico 10. Motivo da dificuldade na aprendizagem dos alunos do CFOR do CPOR/RJ em 2019.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode-se perceber que o fator amplamente mais indicado pelos discentes foi o acúmulo de atividades com a faculdade, totalizando quase metade de todos os alunos que disseram ter sentido dificuldade em alguma disciplina. A dificuldade de adaptação com a rotina do quartel foi o aspecto que aparece em

seguida, mas com cerca de 3 vezes menos apontamentos. Na sequência, surge a interferência de relacionamento na vida pessoal e a disciplina com alto grau de dificuldade. Os alunos que consideram que possuem o Ensino Médio com ganho de conhecimento insuficiente somam apenas 2%.

Conclui-se que o trabalho do psicopedagogo escolar do CPOR/RJ deve considerar os aspectos pessoais, familiares, financeiros, socioemocionais, educacionais e relativos à instituição. Diversos aspectos que correspondiam à percepção deste autor ao iniciar a pesquisa não foram confirmados, sendo que alguns deles foram amplamente refutados pelos dados obtidos. Pode-se afirmar ainda que há a necessidade de atuação da Seção Psicopedagógica junto aos alunos no sentido de minimizar as dificuldades de aprendizagem. Neste ínterim, deve ser levado em consideração a importância de orientar o aluno com relação a conciliar as atividades da caserna com o curso universitário sem relegar quaisquer delas a segundo plano.

Conclusão

O trabalho do psicopedagogo escolar é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem. No âmbito do CPOR/RJ, este profissional encontra a oportunidade de exercer a sua função de maneira atuante e proativa, inserido no contexto da Seção Psicopedagógica e da Divisão de Ensino.

Notadamente os alunos do Centro apresentam dificuldades de aprendizagem no tocante às disciplinas militares. As circunstâncias que permeiam este óbice foram levantadas neste trabalho, cabendo à equipe pedagógica como um todo trabalhar no sentido de apoiar todos os discentes, com especial atenção àqueles que encontram maiores restrições no processo.

Atualmente, o psicopedagogo do Estabelecimento realiza diversas ações no sentido de prevenir e combater as dificuldades demonstradas pelos alunos. As normas vigentes são aplicadas e não há problemas estruturais no aprendizado, que já é conduzido segundo a metodologia de Ensino por Competências. A partir do observado neste artigo, com base na pesquisa bibliográfica e especialmente levando-se em consideração o contexto atual dos alunos explicitado, pode-se elencar algumas sugestões para aperfeiçoar a contribuição deste profissional no sentido de favorecer ainda mais o processo de ensino-aprendizagem e minimizar as dificuldades encontradas pelos discentes.

No início do ano letivo, é realizado pelos instrutores o Estágio de Atualização Pedagógica (ESTAP) nas dependências do Centro, sob coordenação da Divisão de Ensino. Nesta ocasião, são ministradas diversas instruções no sentido de capacitar e/ou atualizar o docente no que tange à legislação vigente e a especificidades e procedimentos adotados pelo Estabelecimento. Esta atividade favorece a boa realização da instrução e a correta aplicação das técnicas de ensino, o que tende a minimizar as dificuldades

porventura existentes. Neste sentido, esta oportunidade pode ser aproveitada também pelo psicopedagogo escolar para orientar os instrutores acerca das possibilidades de seu trabalho no que concerne à sua total amplitude, incluindo no combate às dificuldades de aprendizagem. Sendo assim, cresce de importância a conscientização do instrutor de que ele é quem tem maior contato com o aluno e conseqüentemente é quem tem melhores condições de perceber a ocorrência de uma eventual dificuldade.

Ao longo do ano, existe o acompanhamento das instruções por parte do Chefe da Divisão de Ensino e dos Chefes de Seção desta. Tal atividade busca a aproximação com a realidade de sala de aula, além de proporcionar o aperfeiçoamento das técnicas de ensino empregadas. Este procedimento pode ser intensificado sobretudo pelo psicopedagogo escolar, que passará a ter melhores oportunidades de perceber fatores que podem contribuir para a dificuldade de aprendizagem e intervir no agente que está desfavorecendo o processo.

Existe a necessidade de divulgação do trabalho do psicopedagogo escolar entre os instrutores e sobretudo entre os alunos. Com a finalidade de divulgar as possibilidades do trabalho deste profissional na facilitação do processo de ensino-aprendizagem, podem ser realizadas diversas atividades, tais como a distribuição de folders, afixação de banners e ministração ao longo do ano de instruções, de maneira centralizada e/ou por curso.

Entre as causas das dificuldades na aprendizagem levantadas pelos alunos, sobressai a dificuldade de conciliar as atividades da faculdade com as do quartel. Neste sentido, poderiam ser ministradas palestras com assuntos atinentes à temática, tais como planejamento e aproveitamento do tempo, técnicas de estudo e concentração, combate à ansiedade etc. Ademais, é interessante evitar o emprego de horários fora do expediente normal para o aluno, de modo a não comprometer o seu curso universitário. Cabe ressaltar que tal medida não pode sobrepujar a necessidade de atividades militares inerentes à sua formação de aspirante-a-oficial, especialmente aquelas realizadas em Exercícios no Terreno.

Uma causa de dificuldade amplamente citada pelos alunos foi a dificuldade de ambientação com a rotina da caserna. Neste caso, é necessária a detecção do problema pelo instrutor e a intervenção do psicopedagogo escolar particularmente com o aluno. Adicionalmente, pode ser verificada a possibilidade de realizar palestras acerca do tema com psicólogos, além de apoio deste profissional em particular caso seja necessário. Tal medida pode auxiliar aqueles alunos que indicaram também a interferência de problemas de relacionamento como um fator que desfavorece o aprendizado. É interessante notar que há a possibilidade de atendimento psicológico dos alunos no Sistema de Saúde do Exército, o que tem sido utilizado por estes.

Neste contexto, existe ainda a possibilidade de apoio da Seção de Serviço de Assistência Social da 1ª Região Militar. Dessa forma, o assistente social tem a possibilidade de auxiliar ao aluno na orientação

acerca de um problema de cunho social que ele porventura esteja enfrentando ou até na realização de um procedimento efetivo, de acordo com o caso.

Um apoio que também pode ser fornecido aos alunos é a assistência religiosa. Nesta hipótese, podem ser realizados cultos ecumênicos ao longo de todo o ano letivo. Esta atividade tem o potencial de gerar apoio a todos os discentes com problemas de qualquer natureza e favorecer o bem estar do aluno.

Há no Centro a realização de atividades de recuperação e ratificação da aprendizagem, em horários fora do expediente normal do aluno, de modo a consolidar o aprendizado. Seria interessante o incremento destas, com maior emprego de meios e atendimento individual e personalizado ao discente que esteja apresentando dificuldade. É importante conscientizar os instrutores que a dificuldade não atinge apenas o aluno com desempenho abaixo do esperado nas avaliações somativas.

Existe a necessidade de uma sala específica para o atendimento ao aluno com o psicopedagogo escolar. Nesta ocasião, são abordados assuntos particulares do discente e é preciso que haja um ambiente propício para esta atividade, que tem fundamental importância na identificação de problemas e levantamento de possíveis soluções.

É fundamental que o psicopedagogo escolar procure o apoio da família do aluno com dificuldade de aprendizagem. Entrevistar os seus pais e/ou parentes próximos pode ajudar a esclarecer o contexto em que o discente está inserido e elencar possíveis fatores que estão desfavorecendo o seu desempenho no curso. Ademais, cabe ao profissional buscar o envolvimento dos familiares com o processo de ensino-aprendizagem, de modo que eles participem e auxiliem o aluno a superar os problemas encontrados.

A interferência de problemas financeiros foi também apontada como um fator que favorece a dificuldade de aprendizagem. Neste contexto, podem ser ministradas palestras de educação financeira já disponibilizadas pela Secretaria de Finanças do Exército. Há também a possibilidade de estímulo à busca pela informação deste assunto, tendo em vista que existem no mercado cursos gratuitos sobre o tema.

Uma das causas das dificuldades de aprendizagem apresentadas é o desinteresse por parte do aluno, em especial após a possível perda da expectativa da possibilidade de convocação para o EIPOT, sob a sua ótica. Torna-se fundamental que o discente seja estimulado a prosseguir no aprendizado e que todos os agentes envolvidos estejam envolvidos nesta questão. Além dos atributos da área afetiva que precisam ser desenvolvidos na sua formação, há a necessidade de conscientizar o aluno que não há como prever a quantidade de aspirantes-a-oficial convocados para o referido Estágio.

Em suma, pode-se notar a imprescindibilidade da contribuição do psicopedagogo escolar no processo de ensino-aprendizagem do Centro, em especial no tocante às dificuldades de aprendizagem. Há no CPOR/RJ um trabalho contínuo neste sentido, e as observações decorrentes da pesquisa ora realizada

podem vir a somar para o aperfeiçoamento das ações deste profissional, com o objetivo perene de buscar melhor formar o oficial combatente da reserva do Exército Brasileiro no âmbito da 1ª Região Militar.

Referências

BALLONE G.J. Dificuldades de aprendizagem. 2004. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/> . Acesso em 20 agosto 2020.

BOSSA, Nádia. **Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

_____. **Dificuldades de Aprendizagem: o que são? Como tratá-las?** Porto Alegre: Artmed, 2000.

CARRAHER, T.N.; SCHLIEMANN, A.D. **Na vida dez, na escola zero**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

COLL, César, MARCHESI, Álvaro e PALÁCIOS, Jesús. **Desenvolvimento Psicológico e Educação - Transtornos do Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais**. Trad. Fátima Murad- 2 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CORREIA, L. M.; Martins, A. P. (2000). **Dificuldades de Aprendizagem – O que são? Como entendê-las?** Biblioteca Digital, Coleção Educação. São Paulo: Porto Editora. SP: [s.n.], 2001.

COSTA, Margarete Teresinha de Andrade. **Introdução a psicopedagogia**. 1ª ed. Curitiba, PR: IESDE BRASIL, 2015.

DECEX. Normas para a Avaliação da Aprendizagem. 4ª Ed. Rio de Janeiro: 2019.

DESMIL. Perfil profissiográfico da DESMIL dos CPOR. Rio de Janeiro: 2017.

_____. Regulamento dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva. Rio de Janeiro: 2014.

_____. Regimento Interno do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2014.

_____. Normas Internas para a Avaliação da Aprendizagem. 1ª Ed. Rio de Janeiro: 2018.

_____. Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino nos Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva. 3ª Ed. Rio de Janeiro: 2016.

_____. Normas para o Planejamento e Gestão do Ensino nos Estabelecimentos de Ensino Subordinados à Diretoria de Ensino Superior Militar (NPGE). 3ª Ed. Rio de Janeiro: 2018.

_____. Orientações para o Planejamento do Ensino nos OFOR. 1ª Ed. Rio de Janeiro: 2018.

ELIAS, L. C. S. **Crianças que apresentam baixo rendimento escolar e problemas de comportamento associados: caracterização e intervenção**. Tese de Doutorado. Programa de pós-

graduação em psicologia. Ribeirão Preto, SP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo: 2003.

ESCORIZA NIETO, J. **Dificultades en el proceso de composición del discurso escrito**. Madrid: Editorial Síntesis, 1998.

JOSÉ, Elisabete Assunção; COELHO, Maria Teresa. **Problema de aprendizagem**. 12. ed. São Paulo: Atica, 2001.

LEITE, S. A. S. **O fracasso escolar no ensino de 1o grau**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.69, n.163, p.510-540, 1988.

LIBÂNEO, José Carlos et al. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2010.

MELLO, G. N. **Magistério de 1o Grau: da competência técnica ao compromisso político**. São Paulo, Cortez editora, 1983.

MORAIS, Regis de. **O que é ensinar**. São Paulo: EPU, 1986.

NAVARRO, Lisienne; GERVAI, Solange; NAKAYAMA, Antônia; PRADO, Alice da Silva. A dificuldade de aprendizagem e o fracasso escolar. **Jorsen - Journal of Research in Special Educational Needs**, v.16, n.1, 2016. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12267>. Acesso em 26 de março de 2020.

NOGUEIRA, Makeliny Oliveira Gomes. **Aprendizagem do aluno adulto: implicações para a prática docente no ensino superior**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

PAIN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1992.

PATERRA, Marcos Tadeu Garcia e RODRIGUES, Silvestre Coelho. **Atuação do psicopedagogo nos diversos e complexos contextos de dificuldades de aprendizagem nas instituições escolares**. Disponível em http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170509155753.pdf. Acessado em 08 de agosto de 2019.

PATTO, Maria H.S. **A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia**. 4 reimpressão, São Paulo: Ed. T. A. Queiroz Ltda., 1996.

SANTOS, L. C. e MARTURANO, E. M. **Crianças com dificuldade de aprendizagem: um estudo de seguimento**. Psicologia Reflexão e Crítica, v. 12, n. 2, 1999.

SCOZ, B., JUDETH L. et al. **Psicopedagogia: contextualização, formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SMITH, Corine; STRICK Lisa. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z**. Tradução Dayse Batista – Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOARES, Marcos Aurélio Silva. **O pedagogo e a organização do trabalho pedagógico**. - Curitiba: Ibepex, 2011.

SILVA, Andressa Jully Bento de Medeiros. **O psicopedagogo e as intervenções nas dificuldades de aprendizagem.** Disponível em <http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/etch/74460608/esp-andressajullybentodemedeirossilva-111021165426-phpapp02.pdf>. Acessado em 07 de agosto de 2020.

SISTO, Fermino Fernandes. **Contribuições do construtivismo à psicopedagogia.** In: SISTO, Fermino Fernandes; OLIVEIRA, Gislene de Campos (Orgs). Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões. **O trabalho do psicopedagogo institucional.** Revista Espaço Acadêmico nº 139, dezembro de 2012.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** Educ. Soc. Campinas, vol. 28, nº 101, set/dec, 2007. Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101.pdf. Pdf. Acesso em: 09 abr.2020.

WEISS, L.M.L.L. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar.** Rio de Janeiro: D.P & A. 1997.

Recebido em: 10/11/2020

Aceito em: 01/12/2020

Endereço para correspondência:

Nome Daniel Luis Gomes dos Santos Silva

Email danielsantos.82@hotmail.com



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)